



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

GESTÃO DE ÁREAS VERDES: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE MUNICIPAL ANTENOR MARTINS DOURADOS – MS

Débora Tavares Sarabia¹; Pâmela Souza de Paula²; Gabriele Orozimbo Saldivar³; Luiz Henrique Oliveira Santos³; Pâmela Souza de Paula⁴; Rodrigo Moraes de Jesus.

UFGD-FCBA, C. Postal 533, 79804-970 Dourados-MS, E-mail: deborasarabia@hotmail.com;

RESUMO

As áreas verdes urbanas são consideradas áreas intra-urbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e equilíbrio ambiental nas cidades. O Parque Municipal Antenor Martins tem a função de oferecer um espaço de lazer para a população, atendendo à política pública e urbana. A área apresenta má conservação do ambiente natural urbano e falta de implementação das políticas públicas e ambientais. Os objetivos do projeto são: avaliar o planejamento e a gestão ambiental do parque, diagnosticar os problemas ambientais e sociais do local, avaliar a percepção ambiental dos moradores no entorno, verificar a implantação de políticas públicas no planejamento e gestão e propor cenários de valorização ambiental. Isso foi realizado a partir do método exploratório descritivo e aplicação de questionários semiestruturados para obter a percepção dos moradores e dos funcionários do parque em relação ao mesmo. Foram realizadas a Avaliação Rápida Ambiental (RAP) no local usando tabelas avaliativas, para se realizar o diagnóstico ambiental, verificando se há aplicação e cumprimento das Políticas Ambientais, e implementar atividades que atendam os seus princípios. Os resultados gerados apresentaram baixa qualidade ambiental e falta de gerenciamento, com ambientes alterados e ecologicamente impactados. Tudo isso possibilitou propor melhoras na qualidade de vida da população, proporcionando informações para subsidiar a tomada de decisão pelos órgãos públicos, inclusive possíveis intervenções no parque e em outras áreas verdes da cidade. A comparação de presença e ausência de atividades em

concordância ao enquadramento legal permitiu criar um cenário de melhoras nas atividades e nas funções socioambientais do Parque.

Palavras- chave: Políticas Públicas; gestão ambiental; Área de Preservação Ambiental Parque Antenor Martins.

INTRODUÇÃO

A aglomeração urbana tem acelerando nas últimas décadas, sendo que cerca de 60% da população no Brasil mora hoje em centros urbanos. Ao migrar para as cidades em busca de melhores condições de vida e emprego, as pessoas formam assentamentos humanos de grande complexidade que causam, dentre outras consequências, a poluição do ambiente. É nesse contexto que as cidades detêm boa parte das indústrias e produção de resíduos sólidos, causadores de poluição. Nesse cenário dos redutos urbanos que possuem alto potencial poluidor, nem sempre é dada atenção merecida ao ambiente natural ali existente, suficiente para garantir a qualidade de vida da população e o correto cumprimento das funções ecológicas da cidade (LUNAS & RIBAS, 2013).

Há algumas décadas, as questões ligadas ao ambiente urbano ainda não encontravam-se delineadas com precisão e não incluíam a relação entre crescimento urbano, preservação ambiental e qualidade de vida. As áreas urbanas tinham suas funções mais voltadas para a estética e o lazer. A partir da década de 1980, quando a questão ambiental foi institucionalizada no aparelho estatal brasileiro, surgiu, então, a necessidade de tratar o espaço urbano como um espaço em constante evolução, vinculado aos problemas ambientais e à qualidade de vida dos brasileiros (FERREIRA, 2005).

Parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos (MMA, 2013),

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização" (MMA, 2013).

A Política Nacional de Meio Ambiente, O Art. 2º da Lei 10.257 afirma que a política urbana tem a cumprir com a VIII- proteção, preservação e recuperação do meio

ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 2001).

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intra-urbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades (MMA, 2013).

Essas áreas verdes dentro da cidade são de grande relevância, pois contribuem significativamente para a melhoria da saúde da população, por isso a necessidade de conservação e manutenção desses espaços. Segundo Luna & Riba (2013, p. 235) “é possível afirmar que uma das formas mais seguras para garantir a manutenção de áreas verdes com tamanho considerável dentro das cidades são os parques ambientais urbanos”.

Essas áreas, especialmente quando abrigam vegetação de porte arbóreo, contribuem significativamente para a manutenção da umidade do ar e do mesoclima local, atenuando o calor do sol e mantendo a temperatura média mais agradável em áreas próximas a vegetação podem ainda atuar como filtros para a poluição atmosférica (LUNAS& RIBAS, 2013).

Portanto a manutenção desses parques urbanos é necessária. Na cidade de Dourados se encontra o Parque Municipal Antenor Martins, localizado no bairro Jardim Flórida. O parque possui um lago artificial e é definido desde 1977 como um Parque Municipal. O parque é considerado uma APA (Área de Preservação Ambiental), que atualmente se encontra com problemas de manutenção e conservação, pois não existe conhecimento de um plano de manejo para o Parque, o que pode significar a falta de implementação de instrumentos de gestão ambiental.

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável. São áreas em geral extensas, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (IEF, [S.D]).

A LEI da APA, N° 6.902, de 27 de abril de 1981, se engrada na problemática do local, a partir da qual verifica-se a falta de planejamento do parque, que visa apenas o

enquanto sua função ecológica, principal de uma APA, ficou mal resolvida. Um dos fatores de impacto ocorrendo no parque é observado nessa lei, no Art.9º dos limites e proibição, que determina: “a) realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais”; (BRASIL, 1981).

Sendo ainda o Parque uma ZEIA-Zona Especial de Interesse Ambiental. A lei Complementar nº 205 de 19 de Outubro de 2012, do Uso e Ocupação do Solo de Dourados, em relação à ZEIA: “Art. 12.

As orientações para uso e ocupação do solo das Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA) deverão seguir as diretrizes desta Lei Complementar e as da Lei Complementar Municipal nº 55, de 19 de dezembro de 2002 (Política Municipal de Meio Ambiente - Lei Verde). § 1º. Todas as edificações em Zonas Especiais de Interesse Ambientais Urbanas (ZEIA- Urbana) deverão encontrar-se distantes 50m (cinquenta metros) das áreas alagáveis naturais, sejam estas mananciais com característica hídrica de nascente, afloramentos, leitos de córregos ou rios (DOURADOS,2012)”.

Visando atenuar parte dos impactos ambientais relacionados ao processo de urbanização acelerada, a ampliação das “áreas verdes” urbanas torna-se uma medida essencial. Isso não apenas em face das funções ecológicas e ambientais que tendem a exercer, em razão da importância de conservação da biodiversidade, mas também em vista da perspectiva de criação de espaços voltados para o lazer ao ar livre dos habitantes, como é o caso dos parques urbanos (OLIVEIRA & BITAR, 2006).

As necessidades de conforto climático, de satisfação estética e de presença da paisagem natural no interior da massa construída, dando, inclusive, suporte à fauna (aves, mamíferos, insetos, etc.) são atendidos pela arborização viária e pelos grupos arbóreos, presentes nos parques (FERREIRA, 2005).

Os Parques Urbanos de Lazer ou Parques Ambientais são extensas áreas abertas com predomínio de vegetação, destinadas ao lazer e recreação da população, podendo sofrer intervenções e ter seu uso definido a critério da municipalidade. Apesar de possuir áreas de proteção permanente – APP, nas margens de córregos, áreas de várzea entre outros, não são consideradas unidades de conservação. Sendo assim, a diferença entre Parques Urbanos de Lazer ou Parques Ambientais e Parques Naturais Municipais está na legislação que os define e protege (LUNAS & RIBAS, 2013).

METODOLOGIA

O município de Dourados está localizado no sul do Estado de Mato Grosso do Sul (Figura 1) na região Centro-Oeste, fundado em 20 de dezembro de 1935. O município abrange uma área Territorial de 4.086,387 km², de Altitude Média: 430 metros, com as seguintes coordenadas, Latitude: 22°13'18"S e Longitude: 54° 48' 23" O. Com uma população de aproximadamente 200.729 habitantes (Dourados/Perfil, 2012).

Dourados economicamente é o segundo maior município do Estado de Mato Grosso do Sul.

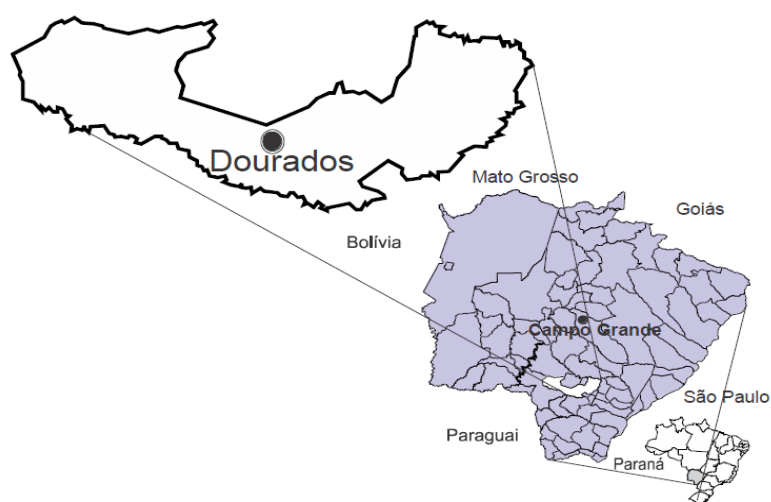


Figura 1. Mapa de localização do município no contexto Nacional/Estadual Autores: Lunas & Ribas, 2013.

O parque municipal Antenor Martins possui 244.049,00m² de área, definida desde 1977 como um Parque Municipal. Conta com um grande lago artificial, construído para receber as águas pluviais, e que hoje é utilizado para pesca esportiva e atividades de recreação e lazer. O parque foi revitalizado e reinaugurado no ano de 2003, recebendo boa infraestrutura como proteção feita por grades no entorno do Parque, quiosques, praça infantil, quadras poliesportivas, pistas de caminhada, campo de futebol e um teatro de arena (LUNAS & RIBAS, 2013).

O Parque está localizado no bairro Jardim Flórida, região de grande movimento e densidade populacional e é muito utilizado pelos moradores do entorno. O parque está inserido na bacia hidrográfica do Córrego Água Boa, que desagua no Rio Dourados, numa direção norte/sul, área foi cercada e reflorestada com vegetação nativa, A bacia do Córrego Água Boa, integrante da bacia hidrográfica do Rio Dourados, é formada pelos córregos Água Boa, Rego D'água e Paragem. Encontra-se inteiramente

dentro dos limites do município de Dourados, sendo parte na área urbana e parte na zona rural, ocupando uma área de, aproximadamente, 120,40 km² (PEREIRA, 2007).



Figura 2. Foto área do Parque. Fonte: A. Frota, 2013.

A avaliação do parque foi realizada por meio de dois protocolos de avaliação rápida (RAP), sendo avaliados quatro pontos diferentes como apresentado na Figura 3. O primeiro ponto está situado na área da entrada do parque, o ponto dois está na área onde se encontram as nascentes, o ponto três está localizado na área onde se tem um campo de futebol, sendo esta uma área abandonada do parque. O ponto quatro está localizado na área onde está sendo construída uma academia pública.



Figura 3. – Limites do Parque Antenor Martins em vermelho, 4 Pontos de observação em verde (Fonte: Google Earth. Acesso em: 26.05.2014).

A manutenção e gerenciamento da área são orientados pelo órgão de meio ambiente do município – Instituto Municipal de Meio Ambiente - IMAM, e são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR.

A cobertura vegetal de Dourados revela o domínio da Floresta e do Cerrado. Com o passar dos anos, essa vegetação natural vem sendo descaracterizada, devido às ações antrópicas, reduzindo-se a resquícios de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial e Cerrada, dominando, assim, a agricultura e a pastagem plantada (SEMAC, Dourados, 2010).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram aplicados 3 tipos de questionários semiestruturados exploratórios descritivos para se obter a percepção dos moradores, funcionários, comerciantes e diretora do Parque em relação ao mesmo.

Foram realizadas duas Avaliações Rápidas Ambientais (RAP) no local com uso de tabelas avaliativas (CALLISTO *et al*, 2002), para desenvolver o diagnóstico ambiental, sendo a primeira uma avaliação mais ampla e a segunda avaliação mais detalhada em relação à infraestrutura, para se obter dados e informações mais minuciosas do local, verificando se está havendo a implementação e o cumprimento das Políticas Ambientais.

O enquadramento de Políticas Ambientais foi realizado verificando a implementação de atividades que atendam princípios das Políticas Ambientais. A comparação de presença e ausência de atividades em concordância ao enquadramento legal permitiu criar um cenário de melhoras nas atividades e na função socioambiental do Parque. Para a criação do cenário futuro e ideal do parque foram utilizadas técnicas de geoprocessamento com o programa Quantum GIS 1.8.0.

O método foi exploratório descritivo. Em primeiro lugar, para a realização do trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas, para coletar dados sobre a importância das áreas verdes e parques urbanos dentro das cidades. Os dados foram coletados em livros, teses, dissertações, monografias, artigos e outros documentos, tendo também como referências as políticas nacionais e municipais, como a do Meio Ambiente e o Plano Diretor do Município de Dourados. Buscaram-se como base outros trabalhos já realizados, além de pesquisas realizadas em sites, como a da Prefeitura de Dourados e com o órgão responsável pela gestão do parque Antenor Martins.

Foram realizadas visitas de campos no parque e analisadas as condições do mesmo, por meio dos registros fotográficos e observações de como se encontra o local. Foi aplicado um questionário semiestruturado com usuários e funcionários do parque que se encontravam na região verificando sua opinião em relação ao parque e suas opiniões para sua melhoria. Foi realizada uma entrevista com o gestor responsável pela administração do parque para saber o que está sendo feito em prol do melhoramento do mesmo.

Usou-se uma tabela de avaliação rápida RAP e a área estudada foi avaliada em relação a sua situação socioambiental. Também foram confeccionados materiais informativos, como banners e folders, para transmitir as informações sobre o parque e a importância da sua conservação. Além disso, foram utilizados também computadores, cadernos, canetas, lápis, borracha, papel, impressora, câmera fotográfica entre outros instrumentos de gestão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi observado no Parque que as s e os drenos estão sofrendo com a ação da eutrofização e assoreamento (Figura 4 e 5) devido à erosão, o que vem causando o fechamento de alguns drenos, onde já não é mais possível ver o escoamento de água. Provavelmente esta erosão vem sendo causada pela falta da mata ciliar, que segundo Rodrigues & Filho (2004), “possuem importantes funções na dinâmica dos ecossistemas, dentre elas destacam-se: contenção de ribanceiras, diminuição da entrada de sedimentos, sombreamento, regulação da vazão e do fluxo de corrente”.

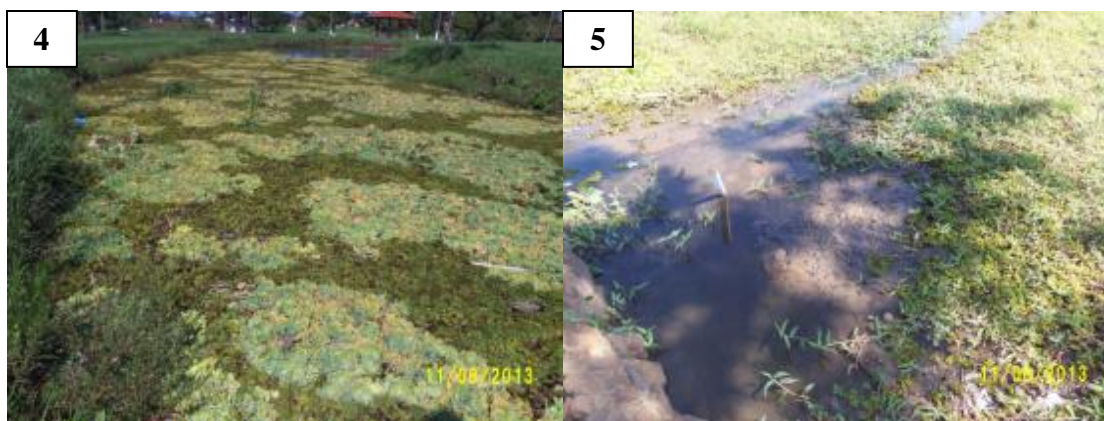


Figura 4 e 5; Assoreamento e Eutrofização do Parque; Autor: Rodrigo Moraes, 11.08.2013.

Devido à eutrofização foi encontrado o desenvolvimento de plantas aquáticas em grande quantidade, como a alface d'água, que podem ser usadas como indicadores

ambientais. No Parque durante a visita foi encontrado lixo (Figura 6 e7) em grande quantidade nos drenos e no chão e falta de lixeiras de coleta seletiva.



Figura 6 e 7; Falta de coleta seletiva e resíduos jogados do Parque; Autor: Rodrigo Moraes.

No Parque falta o gerenciamento dos resíduos sólidos, como coleta seletiva adequada, até mesmo lixeira, enquanto, em por ser uma área pública e de proteção ambiental, deveria ser ter implantado essa política na prática. Isto, porém, não foi observado, o que se caracteriza em falta de gestão e monitoramento ambiental.

A falta da implementação da Política Nacional do Recurso Sólidos, automaticamente atinge a Política Pública de Recursos Hídricos, pois não havendo lixeiras para descarte do lixo, os usuários acabam despejando seus resíduos no lago, que por sua vez carrega o lixo para seus drenos, causando o entupimento dos mesmos. Outro aspecto relevante em relação à gestão dos Recursos Hídricos é o descaso com as nascentes do córrego Água Bom dentro dos limites do parque. Este é um indicativo que os próprios usuários e a comunidade não se preocupam com a qualidade do parque por falta de conhecimento ou mesmo percepção ambiental.

Por isso é necessário implementar os instrumentos da política da Educação Ambiental, que é de grande relevância para a área, para repassar conceitos fundamentais à comunidade do entorno do parque e para os usuários, esclarecendo a importância do seu cuidado e usufruto adequado, gerando o menor impacto possível para sua conservação para a nossa e futuras gerações que irão herdar este patrimônio natural e artificial.

A partir das avaliações e visualizações alcançamos os seguintes resultados: falta de gerenciamento e de aplicação das políticas públicas vigentes, ausência de um plano de manejo e comprometimento em relação ao parque, suas funções e atividades.

A RAP demonstrou que os pontos avaliados locais 1 e 2 estão alterados, enquanto os locais 3 e 4 estão impactados (Figura 8,9,10 e 11). Diagnosticou-se a diferença de qualidade dos locais, onde o local 3 teve uma pontuação inferior em comparação aos outros 3 locais, em questão de qualidade ambiental.

Tendo como destaque as áreas 1 e 4 que, conforme a Lei Complementar nº205, que trata do Uso e Ocupação do Solo, segundo a qual apenas 5% do total das áreas deve ser destinada para edificações de instalações de equipamentos públicos. Por meio da aplicação da RAP, constatou-se que o Uso e Ocupação da área do parque por prédios estão acima de 5%. No entanto, ambos não possuem gerenciamento ambiental adequado, por falta de um Plano de Manejo.

Analisando a tabela trataram-se alguns dados que demonstram os aspectos do parque, começando pelos aspectos socioambientais e da sua gestão. Informações e placas de sinalização: alguns locais do parque tem sinalização, como o da entrada e da academia, mas outros pontos, como, por exemplo, o da nascente, teria que ter mais informações que demonstrassem a importância da nascente e sua preservação. Áreas de nascentes têm que ser planejadas e gerenciadas, as matas ciliares ao seu redor precisa ser recompostas com projetos de arborização e dispositivos de proteção. Estes tipos de cuidados estão ausentes nas nascentes do Parque. Encontrou-se falta da mata ciliar e pouca arborização ao redor das nascentes e de pessoal fiscalizando e protegendo o local.

A prefeitura deveria investir na conservação do patrimônio público, manutenção nos parquinhos, campos de futebol, teatro, implantação de lixeiras de separação correta de lixo (coleta seletiva) em todas as áreas do parque, pois, como foi mostrado na Figura 6 , estes elementos se encontram em estado depredado e alterado. Com isso poderia contratar uma fiscalização, guardas nas áreas de lazer, assim apoiando a geração de emprego.

Uma ótima ideia que poderia ser levada à prática seria os serviços naturais, gerando emprego e cuidados para o parque, pessoas contratadas e orientadas para fiscalização e manutenção do parque, por meio de ações que cuidassem das áreas verdes do parque, da mata ciliar das nascentes, manutenção dos equipamentos do parque entre outros. Gestão das áreas como da entrada do parque, onde foi visto falta de manutenção dos lavatórios de mãos e bebedouros (Figura 8.C). Em relação à energia elétrica do parque, há falta de iluminação no parque, têm lugares do parque sem nenhuma

iluminação, teria que colocar postes de luz nesses locais, este a noite é ideal para usuários de droga e ações criminosas. Uma ideia seria implantação de placas solares. Por ser um local de lazer e receber festas atrativas em algumas datas do ano, dever ter um cuidado e planejamento maior com estas festas, que causam impactos ao ambiente do parque, como impactarão com entradas de carros e caminhões em dia de eventos, onde os mesmos trazem os equipamentos para montar os preparativos de festa.

Tratando de Aspectos Físicos uso e ocupação, deveria ter mais arborização nos locais abertos como mostrado nos na (Figura 3, limites do parque). Os drenos d'água tem que ser fiscalizados e mantidos limpos, para que não haja problemas como assoreamentos e lixos jogados dentro (Figura 9). Uma ideia interessante seria o envolvimento de alunos de escolas do entorno fazerem algumas atividades no parque e ações que gerassem benefícios ao estado do parque, como atividades de conservação, coleta de lixo no parque, principalmente nos drenos. Melhoramentos das trilhas que dão acesso aos locais de lazer do parque e áreas mais distantes.

Tratando dos Aspectos biológicos presença e cuidados, uma proposta seria a implantação e adaptação de plantas e árvores nativas no entorno do parque e em locais abertos dentro do parque onde falta arborização. Os órgãos ambientais, juntamente com a prefeitura e até mesmo em parceria com alunos de escolas, acadêmicos podem realizarem uma ação para reflorestamento do parque, levando em contas unidades de conservação e seus devidos cuidados.

1º Ponto- Entrada do Parque

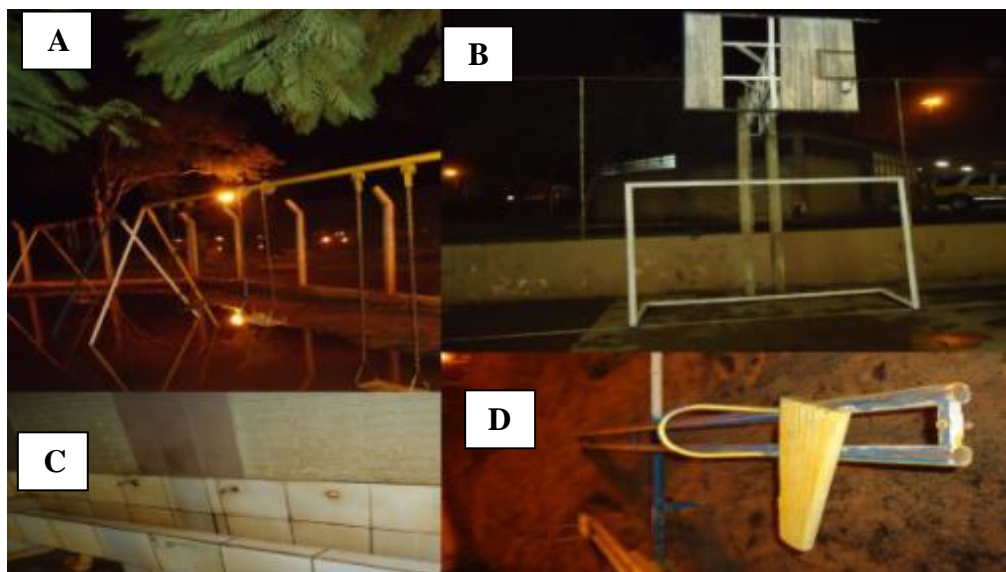


Figura 8. A) Parquinho infantil alagado após uma chuva. B) Quadra esportiva em estado de calamidade, cesto de basquetebol quebrado. C) Bebedouro do Parque em estado desagradável com mau- cheiro. D) Brinquedos do parquinho infantil quebrado, sem uso. 08.06.2014. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula.

2ºPonto- Área da Nascente:



Figura 9. A) Nascente modificada pela ação humana. B) É possível constatar visualmente o assoreamento neste local. 30.06.2014. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula.

3ºPonto- Área abandonada:



Figura 10. Área menos utilizada no Parque, encontra-se em construção nesse trecho uma pista de caminhada. 30.06.2014. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula.

4º Ponto- Área da academia:

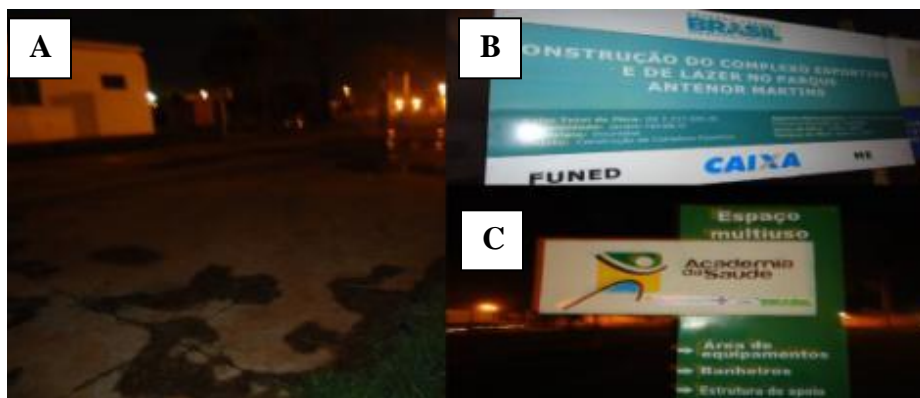


Figura 11. A) Área destinada aos equipamentos da academia da saúde. B) Placa que dita que o término da obra seria em Janeiro de 2014, porém se encontra em atraso. C) Placa indicando o multi uso do local. 08. 06. 2014. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula.

Dos questionários avaliados na festa de aniversário de 8 anos da UFGD, realizada no parque, constatamos a falta de conhecimento dos entrevistados em relação às Leis e ao estado de conservação do Parque e dos responsáveis pela manutenção do mesmo. Como apresentado nos gráficos a baixo.

Foram entrevistadas 21 pessoas. Em relação à percepção dos entrevistados sobre a qualidade do mesmo, a maioria acredita que o parque é preservado 71% (Figura 12), sendo que estes justificaram que a preservação pelo espaço ser grande e ter árvores, mostrando a falta de conhecimento, já os que disseram que a área não era preservada (29%), justificaram dizendo que o parque está abandonado, sujo e com falta de infraestrutura e arborização.

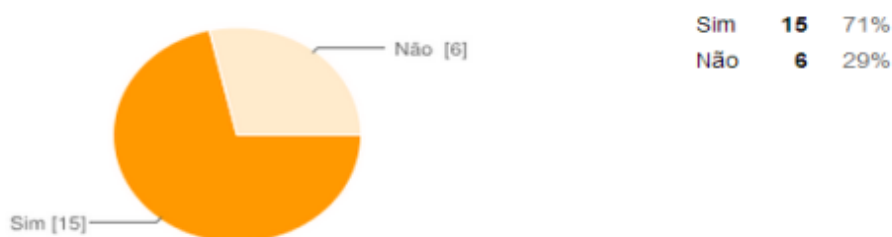


Figura 12. Representa a resposta da 2ª pergunta do questionário realizado, durante o evento.

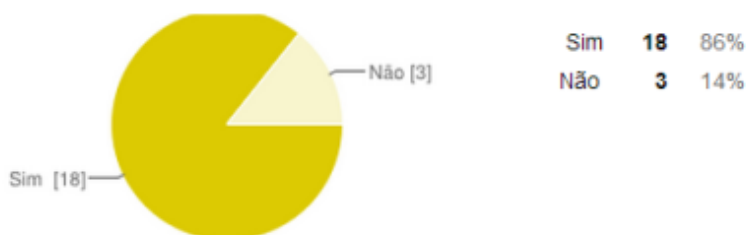


Figura 13 Representa a resposta da 4ª pergunta do questionário realizado, durante o evento.

Na Questão 1, respondida por uma senhora, ela comenta que o parque representa qualidade para as crianças, elas têm o lazer que o parque oferece para elas poderem brincar, mas comenta que poderia ter mais opções, por que tem muitas crianças que ficam nas ruas ao redor do parque e não tem nenhum incentivo para serem acolhidas. Sobre a pergunta 2, se já foi observada melhoria no parque, a senhora respondeu na negativa, pois, segundo a mesma, foram iniciadas obras como a pista de caminhada, foi implantada uma academia mas está abandonada, e uma vez no ano apenas algumas estruturas do parque recebem pintura.

A Pergunta 3, que trata do que deveria ser implantado no Parque para que ele possa ser melhorado, teve como resposta: mais infraestrutura, possíveis professores, educadores, pessoas que possam estar no Parque para realizar recreações com as crianças, como aula de dança, judô, *taekwondo* e outras atividades educativas, culturais e esportivas.. Na opinião de uma comerciante isso faria todo a diferença, por ser um local que recebe crianças humildes, que as vezes não tem onde ficar, o que comer e que pedem comida para o pessoal do comércio.

Respondendo à Pergunta 4, que trata do uso do Parque para o lazer, uma comerciante diz que frequenta o Parque com seus filhos, pois eles gostam de jogar bola, observar os patos. Voltando para a pergunta 5, se o parque traz algum benefício, ela disse que sim, sendo muito bom para trazer os filhos e fazer caminhada. Quando perguntada se o Parque traz algum impacto negativo, a mesma respondeu que não.

Abordando a última pergunta número 7, sobre qual a nota que se atribuiria ao parque por sua qualidade, uma senhora disse que poderia dar nota 10, mas não iria fazê-lo porque o Parque ainda tem muito que melhorar, por ser um ponto turístico da cidade deveria ter mais cuidado, portanto, ela deu a nota 7.



Figura 14. Representa Cenário atual do Parque construído no ArcGIS 10. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula.

CENÁRIO PROPOSTO POR USUÁRIOS

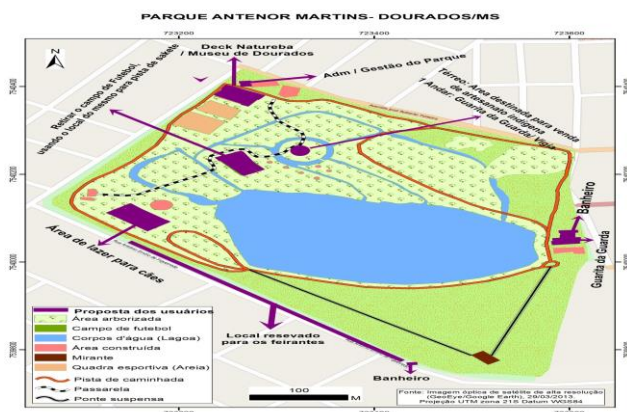


Figura 14. Representa Cenário proposto pelos usuários do Parque, construído no ArcGIS 10. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula.

Como essa proposta de cenário futuro do parque (Figura, 16), visamos o cumprimento das leis e o conforto ambiental, como a preservação permanente das nascentes, aumento significativo da arborização e uma formação de mata fechada onde hoje situa-se o campo de futebol e a área abandonada para a formação de uma reserva com um mirante para contemplação da biodiversidade. Além disso, pensando no lazer, a ideia é reestruturar e revitalizar essas áreas com aumento e aperfeiçoamento do parquinho, quadras e entradas, coletores de água da chuva e uso de placa solares e também coleta seletiva, além de aumento da pista de caminhada com asfalto poliédrico, que permita a permeabilidade do solo, além de manutenção e tratamento dos drenos,

nascentes e o lago. Este conjunto de medidas visa o bem estar social e ambiental em prol do equilíbrio urbano e da gestão dos parques urbanos que são de suma importância para o bem estar e conservação ambiental.



Figura 16. Cenário realizado no Quantum GIS, WGS84. Autores: Débora Tavares Sarabia e Pâmela Souza de Paula 08.07.2014.

CONCLUSÃO

Ao longo desse projeto constatou-se a falta de planejamento e gestão ambiental, manejo, monitoramento e manutenção do parque Antenor Martins. Conclui-se que a forma de gestão não está sendo feita de modo adequado, pois tudo que está acontecendo atualmente só visa o social, sem atenção à conservação ambiental e às Leis que deveriam representar a base de sua manutenção. Além disso, foi averiguado, a partir das avaliações e entrevistas, que o papel da população, especificamente dos moradores, comerciantes e funcionários do entorno do parque é essencial para ajudar na tomada de decisão para a melhoria, preservação e manutenção da qualidade ambiental e social do mesmo, sendo estes os principais beneficiários dessa área verde municipal.

A solução dos problemas ambientais na cidade não é simples, mas com a manutenção dos parques é uma maneira de minimizar boa parte desses problemas. A existência dessas áreas verdes acarreta em melhor qualidade de vida da população, mas para a solução das deficiências apontadas na pesquisa, avaliações e análises realizadas, precisa-se mais do que apontar às causas e consequências delas, torna-se necessário que população e os órgãos públicos sejam sensibilizados de que seus atos influenciam na manutenção da conservação para melhoria do meio ambiente.

Mesmo com toda a importância da existência das áreas verdes e sua proteção dentro da cidade e dos parques, o que se observa é que não é dada a devida atenção a isso, talvez por Dourados ainda ser uma cidade com uma boa arborização e por não sofrer tanto com os problemas como grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. A municipalidade não vê a manutenção e criação dessas áreas verdes como sendo de grande importância. Mas, com o crescimento do Município de Dourados e a necessidade de criação de novas áreas de loteamento, a cidade virá a sentir cada vez mais os impactos causados pela falta dessas áreas verdes e dos descasos nas questões ambientais que as atingem.

Por isso é de suma importância o cumprimento das leis e a implementação das políticas públicas em prol da manutenção e conservação dessas áreas verdes que são essenciais para o equilíbrio ambiental que vem sendo rompido pelo desenvolvimento urbano acelerado e desmedido que só visa o lucro e o capital econômico.

Esse projeto pode servir de base para subsidiar futuras intervenções e futuros projetos que têm como princípio o diagnóstico e o prognóstico da gestão de áreas verdes, com a construção de propostas de cenários futuros em prol da conservação ambiental e social das áreas de proteção ambiental e de lazer nas áreas urbanas.

REFERENCIAS

BARGOS, C.D; MATIAS, F.L. **Áreas Verdes Urbanas: Avaliação e Proposta Conceitual**. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011. Disponível em: http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo169-publicacao.pdf. Acesso em: 15 jan. 2014.

BRASIL. **Política Urbana**, LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Disponível em: <http://www.creams.org.br/LinkClick.aspx?fileticket=hnovC7-krZY%3D&tabid=419>. Acesso em: 02.06.2014.

BRASIL. **Lei No 6.902, de 27 de Abril de 1981**. Criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá Outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm .Acesso em: 02.06.2014.

BRASIL. **IEF (Instituto Estadual de Florestas). Área de Proteção Ambiental – APA**. (S.D.). Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/117>. Acesso: 23 nov. de 2013

BRASIL. MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Parques e Áreas Verdes (S.D.)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/item/8051>. Acesso em: 21 nov. 2013

DOURADOS, Prefeitura de Dourados. **Perfil**, 2012. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/ACidade/Perfil/tabid/64/language/pt-BR/Default.aspx>
Acesso em: 11.07.2014

DOURADOS, Prefeitura de Dourados. **Lei Complementar nº 055, de 19 de Dezembro de 2002. Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Dourados**. Alterada pela LC nº 222, 25/07/2013. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/Servi%C3%A7os/Legisla%C3%A7%C3%A3o/tabid/328/language/pt-BR/Default.aspx>. Acesso em: 06 nov. 2013

DOURADOS, Prefeitura de Dourados. **Lei Complementar n º 205, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012. “Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e o Sistema Viário no Município de Dourados e dá outras providências.”** Disponível em: www.dourados.ms.gov.br/Portals/0/DiarioOficial/19_10_12.pdf. Acesso em: 12 jul. 2014

DOURADOS, Prefeitura Municipal de Dourados- MS. **Projeto Perfil socioeconômico Dourados - MS**, 2012.

DOURADOS, Prefeitura de Dourados. **Lei Complementar n º 72, de 30 de Dezembro De 2003. Plano Diretor de Dourados**. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/Servi%C3%A7os/Legisla%C3%A7%C3%A3o/tabid/328/language/pt-BR/Default.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2014

FERREIRA, A. D. **Efeitos Positivos Gerados pelos Parques Urbanos: o caso do passeio público da cidade do Rio de Janeiro**, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: <http://www.uff.br/cienciaambiental/dissertacoes/ADFerreira.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: Destaque especial município de Dourados (1988)**. Estado: L.A. Gressler, 1988

GOMES, M. A. S; SOARES, B. R. **A Vegetação Nos Centros Urbanos: Considerações Sobre os Espaços Verdes em Cidades Médias Brasileiras**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 1(1): 19-29, Junho, 2003 (ISSN 1678—698X). Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/artigos/ArtigoAmbientePracas.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2014

LOBODA, R.C; ANGELIS, D.L.B. **Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções**. Ambiência Guarapuava, PR v.1 n.1 p. 125-139 jan./jun. 2005. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/download/157/185>. Acesso em : 24 jan. 2014

LUCIANO L.C. 2008. **Ribeiro : arquitetura, urbanismo e meio ambiente : exercício de cidadania**. Luís Carlos Luciano; ilustrações e mapas Luiz Carlos Ribeiro; revisão Guilherme Medau e Paulo Roberto Cimo Queiróz. – Dourados, MS : Edição do Autor, 259p. Disponível em: <http://www.luiscarlosluciano.com.br/fotosnoticias/ribeiro.pdf> . Acesso em : 11 jul. 2014

LUNAS, S.F.C.M; RIBAS, R. L.M.L. **Parques Urbanos Municipais em Dourados – MS – Brasil: Estado da Arte**. REDES - Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, p. 231 - 245, maio/ago 2013. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2572/2821>. Acesso em: 20 nov. 2013

MIRANDA, D. V. **Breve Histórico das Áreas Verdes Urbanas e Sua Funcionalidade Ambiental e Social na Cidade de Belo Horizonte: Estudo do Caso do Parque Municipal Fazenda Lagoa do Nado**. Unicentro Newton Paiva, 2011. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/95fbd393b7acf24fd3149cd0cbb455f3.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2014

NUNES, A.G.A. W; **Solos do Município de Dourados** EMBRAPA- Agropecuário Oeste. Disponível em:< <http://www.cpa0.embrapa.portal/artigos/artigos/artigo10.html> >Acesso: 22/08/2013.

OLIVEIRA, P. T. S. B; BITAR, O. Y. **Indicadores Ambientais para o Monitoramento de Parques Urbanos**. InterfacEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Vol. 4, No 2 (2009). Disponível em:<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/37/68>. Acesso em: 13 jan. 2014

PEREIRA, Neucy Aparecida. **Subsídios às Políticas de Atuação em Meio Ambiente Urbano: Bacia do Córrego Água Boa Dourados-MS**, 2007, Mestrado em Geografia UFMS Campus de Aquidauana. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_69864/subsidios_as_politicas_de_atuac

[ao em meio ambiente urbano- bacia do corrego agua boa dourados-ms.](#) Acesso em: 15.05.2014.

PEREIRA, G.J. *et al*, **Caracterização Geofísica da Vulnerabilidade Ambiental na Cidade de Dourados**. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Goiânia/GO - 19 a 22/11/2012. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2012/XI-055.pdf>. Acesso em: 21 de fevereiro. 2014.

RICARDO – FISCH, Gilberto Fernando – O Clima da Região de Dourados, MS – Embrapa (MS), Documentos 92 – 2ª edição, Abril de 2008.

ROSSI, Alexandre et al. **Considerações Acerca dos Parques Lineares Urbanos Brasileiros em Relação a Corpos de Água a Partir de Um Estudo de Caso Em São Carlos, Brasil**. São Carlos – SP. [S.D]. Disponível em: <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A3-109.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2014

SEMAC/ SUPLAN/ CPPPM, **Região da Grande Dourados**, 2010.

SCARAMAL, Karissa. **A Qualidade das Águas do Córrego Água Boa em Relação a Efluentes Industriais**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.uems.br/portal/biblioteca/repositorio/2012-06-26_17-43-58.pdf. Acesso em: 22 nov. 2013.